

Os inventários sistemáticos do DPH e o convênio escolar: a arquitetura moderna a serviço do ensino público

Mirthes Ivany Soares Baffi*

Resumo

O presente artigo faz um breve apanhado dos diferentes tipos de Inventários do Patrimônio material edificado a que tem se dedicado o Departamento do Patrimônio Histórico da PMSP (DPH) com especial ênfase no Inventário da produção do Convênio Escolar. O particular processo de trabalho que envolveu os levantamentos da produção do Convenio Escolar está detalhado no texto. Também estão referenciadas as premissas que direcionaram o trabalho dos arquitetos liderados por Hélio Duarte na elaboração dos projetos dos edifícios que integraram o Convenio Escolar e relatadas as dificuldades detectadas e que impediram a plena concretização desse projeto educacional que envolvia produção arquitetônica ligada ao Movimento Moderno.

*Arquiteta, especialista em Preservação e Restauro pela UFBA; ex-diretora da Divisão de Preservação do DPH/PMSP; ex-professora da FAU/Universidade de Mogi das Cruzes; ex-professora da Faculdades Farias Brito.

Introdução

O trabalho de inventariação da produção do Convênio Escolar constituiu-se numa preocupação recorrente do Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura (DPH), ao longo de sua história.

Uma primeira tentativa de levantamento foi feita nos primeiros anos de existência do Departamento em 1977, com a elaboração de uma listagem inicial dos edifícios produzidos pelo Convênio.

Sem avançar, o referido trabalho, seria parcialmente retomado, no início de 1986, em colaboração com a então Secretaria Municipal de Planejamento-SEMP¹, quando alguns dos edifícios produzidos pelo Convênio foram selecionados e documentados para integrarem uma listagem de bens da Arquitetura Moderna que seriam protegidos através da aplicação da Z8-200², na época único instrumento de preservação disponível no âmbito do Município, anteriormente à criação do CONPRESP.

Mais uma vez os trabalhos de inventariação do conjunto de edifícios produzidos pelo Convênio não tiveram continuidade.

Em 1995 o DPH realizou um trabalho de cooperação com o International Working Party For Documentation And Conservation Of Buildings, Sites And Neighbourhoods Of The Modern Movement- DOCOMOMO³, tornando-se responsável pela elaboração de fichas documentais de alguns bens relevantes da arquitetura moderna na cidade de São Paulo.

Esta cooperação objetivava contribuir com um pretendido Inventário da Arquitetura Moderna Brasileira que, ainda, vem sendo produzido pelo DOCOMOMO Brasil a partir de solicitações anuais do DOCOMOMO Internacional (os chamados “homeworks” que geram de 5 a 6 fichas de bens de tipologias pré-definidas pelo DOCOMOMO Internacional, por ano).

Nos anos seguintes técnicos do DPH continuaram o trabalho de cooperação com o DOCOMOMO Brasil, produzindo fichas de bens da Arquitetura Moderna Paulistana, atendendo às solicitações do DOCOMOMO Internacional e também alimentando o Banco de Dados do DPH.

A realização desses trabalhos junto ao DOCOMOMO fez com que fosse retomado o interesse pela produção do Convênio Escolar, reconhecidamente a primeira incursão de uma administração pública, no Brasil, na produção em grande escala de edificações seguindo os preceitos do Movimento Moderno.

¹ Atual Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano-SMDU;

² Z8-200—Legislação de zoneamento de caráter pontual utilizada por SEMPLA e que tem o mesmo grau de restrições inerentes ao tombamento (atualmente ZEPEC);

³ Organização internacional voltada à documentação e preservação da produção do Movimento Moderno nas áreas da Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo.

A elaboração de uma primeira listagem, no entanto mostrou discrepâncias entre esse tipo de Inventário, de caráter temático e que tende a ser uma compilação de obras de determinados arquitetos, prescindindo praticamente da inserção urbana dos edifícios e das características das regiões onde foram construídos e os objetivos do Inventário Geral do Patrimônio Ambiental, Cultural e Urbano de São Paulo- IGEPAC-SP, o inventário oficial do DPH. O IGEPAC-SP é um inventário sistemático, de caráter geográfico, produzido pelo DPH desde 1983 (e que atualmente enfrenta um longo interregno).

A estratégia do IGEPAC-SP extrapola a elaboração de planos de preservação de imóveis isolados ou de listagens com uma ótica pontual voltada exclusivamente para o edifício e que coloca num segundo plano a importância do ambiente urbano.

O objetivo do IGEPAC-SP é o reconhecimento do que constitui o repertório básico do patrimônio cultural e ambiental de cada bairro- configurações urbanas, espaços públicos, agenciamentos particulares, edifícios representativos, vegetação expressiva- a documentação desse patrimônio, a elaboração de propostas de preservação e a disponibilização das informações coletadas através de sua sistematização: Banco de Dados.

A metodologia que vinha sendo adotada, até a atual fase de interrupção das pesquisas, compreendia duas linhas de trabalho:

- a primeira centrava-se em trabalhos ditos “de gabinete”, voltados para pesquisas sobre as origens históricas dos bairros, suas configurações iniciais, expansões, transformações, características socioeconômicas, perspectivas de transformação e legislações incidentes na área, além do levantamento de registros imagéticos antigos existentes.

- a segunda linha era constituída pelo trabalho de campo centrado no reconhecimento da área objeto de pesquisa e na produção de registros iconográficos tais como registros fotográficos, mapeamentos das características morfológicas, tipologias de logradouros públicos e de edificações, localização de equipamentos e mobiliários urbanos, registros das transformações de usos, levantamentos do estado de conservação e salubridade das edificações, mapeamento e registro fotográfico das referências visuais. A necessidade de compatibilização dos objetivos do IGEPAC-SP e do IAM- Inventário da Arquitetura Moderna Paulistana, surgido em decorrência da colaboração com o DOCOMOMO, está na origem da retomada da inventariação da produção do Convênio Escolar, uma grande produção de edifícios projetados segundo os princípios do Movimento Moderno, a partir do final da década de 1940. A predisposição de Departamento de Edificações da Secretaria Municipal de Obras- EDIF, em disponibilizar os seus arquivos de originais possibilitou a realização dos levantamentos iniciais que deram origem a esse trabalho.

Os inventários sistemáticos do DPH e o convênio escolar: a arquitetura moderna a serviço do ensino público

Na mesma época (1998) o Grupo de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo no Brasil, do então DAU da Faculdade de Engenharia de São Carlos/USP, também montou um trabalho sobre o Convênio Escolar, com base nos mesmos arquivos de EDIF, numa tentativa de uma ação conjunta com o DPH. No entanto, os diferentes ritmos entre um trabalho produzido por um órgão público da administração direta como é o DPH e as condições inerentes ao trabalho de pesquisa na Universidade, com seus prazos estabelecidos, fizeram com que as trajetórias dessas produções seguissem caminhos não exatamente paralelos. Também as diferenças de objetivos impuseram-se no encaminhamento desses dois trabalhos de pesquisa, pois o Inventário do DPH necessariamente tem como uma de suas bases os complexos levantamentos de campo que exigem a locomoção para os diferentes bairros onde os edifícios produzidos pelo Convênio Escolar estão situados, tornando o trabalho bem mais vagaroso e sem previsão de término.

Metodologia / Objetivos

A metodologia empregada na elaboração do Inventário dos edifícios do Convênio Escolar diferiu da metodologia tradicional do IGEPAC-SP já que, embora voltados para o objetivo de documentar o patrimônio cultural e ambiental dos bairros ou áreas, estávamos, no caso, condicionados a um conhecimento prévio da localização dos edifícios, o que foge à dinâmica usual de primeiro conhecer a área para, só então, chegar ao edifício.

Desta maneira as pesquisas iniciais não foram centradas na evolução e constituição das estruturas urbanas de bairros escolhidos para estudos, mas sim na localização das unidades construídas pelo Convênio Escolar e na lógica de suas implantações urbanas, na relação que estabeleciam com a sua vizinhança e, só então, no estudo dessa vizinhança (bairro ou área).

Entender a possível lógica das implantações desses edifícios, ou seja, a intenção da localização desses equipamentos numa determinada área de um bairro, foi sempre uma preocupação dos levantamentos pois, além da lógica espacial estabelecida entre equipamento e bairro, preexistiam as evidências de uma intenção no estabelecimento de uma rede de equipamentos educacionais e culturais para a cidade o que, neste caso, tinha precedência na análise dos ambientes urbanos.

Os trabalhos iniciais, por conta desse enfoque particular, foram dirigidos ao levantamento das publicações sobre o Convênio, principalmente as revistas de arquitetura do período, e sobre as experiências na construção de equipamentos educacionais embasados nas novas concepções pedagógicas (como a “nova escola “de Dewey), nos anos que antecederam o estabelecimento da experiência paulistana, com

as escolas projetadas por Eneas Silva no Rio de Janeiro e a proposta educacional inédita da Escola-Parque da Bahia, ambas acontecidas sob a orientação do educador baiano Anísio Teixeira. Nossa ação seguinte foi tentar espacializar as construções do Convênio e produzir um Mapa com a localização dos edifícios projetados.

Para isso foram necessárias pesquisas complementares em EDIF (quais edifícios foram efetivamente construídos durante a vigência do Convênio e seus endereços), pesquisas em CADAN (órgão da Prefeitura que, na época, controlava as alterações na nomenclatura das ruas), nas Secretarias Municipais de Cultura e Educação, na Secretaria de Educação do Estado (alterações de nomenclatura e de destinação das escolas).

Foi possível então produzir um mapeamento com razoável grau de fidelidade que mostrava como os edifícios do Convênio estão distribuídos na área urbana da Capital.

Esse mapeamento foi a base do trabalho da equipe responsável pelo trabalho, tanto no que se refere à programação das vistorias, mas principalmente nas reflexões iniciais sobre as relações espaciais entre diferentes tipos de equipamentos produzidos pelo Convênio e sobre a lógica espacial no assentamento dessa rede.

Paralelamente foram feitos estudos dos tipos de plantas encontrados (agrupados segundo a tipologia funcional) e iniciados levantamentos fotográficos dos edifícios para futura comparação.

Os levantamentos in loco (ainda que apenas de parte dos edifícios) possibilitaram avaliar o grau de alteração sofrido pelos edifícios vistoriados com relação aos projetos originais durante a sua construção e também as adaptações sofridas por esses edifícios ao longo de sua vida.

A documentação fotográfica dos edifícios na época das vistorias foi um poderoso auxiliar nessas análises.

Pretendíamos desenvolver, no futuro, outras reflexões verificando como os equipamentos implantados pelo Convênio se relacionam e se relacionaram com suas áreas de inserção (análise ambiental), sempre utilizando nossa base cartográfica como referência e integrando assim o Inventário dos Edifícios do Convênio Escolar nos IGEPAC-SP bairro a bairro.

Outra hipótese de trabalho que nos interessava desenvolver era a que se refere ao estudo do papel que a inserção desses equipamentos culturais e educacionais exerceram nas comunidades de suas respectivas áreas de influência e se chegaram a ter a importância social e cultural, além da importância educacional, que os seus criadores tanto buscaram. No entanto, por dificuldades de diversas ordens essa etapa do trabalho não teve prosseguimento.

O trabalho envolveu outras formas de documentação além das tratadas até agora. Foi

Os inventários sistemáticos do DPH e o convênio escolar: a arquitetura moderna a serviço do ensino público

feito um levantamento de história oral junto a alguns dos integrantes da equipe que produziu os projetos arquitetônicos (foram entrevistados os arquitetos Roberto Tibau, Eduardo Corona e Alúcio da Rocha Leão). Esse trabalho foi muito rico, pois ajudou a redimensionar os reais objetivos iniciais do Convênio Escolar, nunca claramente estabelecidos nos escritos (oficiais ou não) do período, e trouxe esclarecimentos quanto ao que foi realmente alcançado, dentro das expectativas iniciais dos arquitetos envolvidos.

Também possibilitou a compreensão da dinâmica e do processo de trabalho a que estiveram submetidos os integrantes da equipe da Comissão de Planejamento do Convênio Escolar, bem como quanto às condições físicas das instalações oferecidas. Através dessas entrevistas também foi possível a recuperação parcial das autorias dos projetos já que, em sua maioria, os desenhos não estão assinados e as informações das revistas de arquitetura da época muitas vezes trazem informações contraditórias no que se refere à autoria dos projetos, nas reportagens sobre a produção do Convênio.

Outras questões: A situação dos originais

A verificação da situação dos originais armazenados nos arquivos de EDIF levou a equipe à conclusão da necessidade absoluta de criar formas de preservação desses desenhos e de criar novos suportes que possibilitassem a consulta a esse importante acervo.

É importante registrar que, em função dos edifícios do Convênio terem sido construídos pela Prefeitura, mas estarem, desde o princípio, sob a administração do Estado tornou esses desenhos desnecessários ao poder público municipal que não tinha e nem tem, qualquer ingerência na manutenção desses edifícios. Esses desenhos se constituem, portanto, numa espécie de arquivo morto.

A forma de armazenamento do acervo documental nessa unidade da Prefeitura obedece ainda a antigos padrões que contribuem para a deterioração do material arquivado por ressecamento e problemas de acidez: a sala do Arquivo não era (e ainda não deve ser) climatizada, não existindo controle de iluminação e umidade relativa do ar. Os desenhos, em sua maioria sobre papel vegetal, estavam enrolados junto com outros materiais (ozalides, cópias heliográficas) em grupos de 10, 15 originais por rolo.

O pouco manuseio desse material contribuiu para a acumulação de pó que, junto ao ressecamento pelas condições ambientais que tornam o papel quebradiço, praticamente impedem o manuseio.

Além disso, já na época da feitura do trabalho, os desenhos estavam em processo de desbotamento e as pranchas em processo de manchamento.

Diante desse quadro concluiu-se, na época da elaboração do levantamento pelo DPH,

pela absoluta necessidade de se proceder à reprodução dos originais, pois o suporte dos desenhos (papel vegetal) não pode ser restaurado, existindo a chance de se retardar o processo de degradação com a melhoria das condições ambientais e formas de armazenamento. A reprodução (foi adotado o processo de microfilmagem, única técnica de reprodução para a qual a Prefeitura possuía equipamentos, na época) dos desenhos possibilita a consulta e a guarda do que foi documentado. A técnica de microfilmagem tem a vantagem de guardar as formas de representação gráfica da época e permite distinguir o traço do arquiteto autor dos desenhos. Em muitas pranchas existem croquis explicativos, traçados pelos arquitetos autores dos projetos que enriquecem muito a compreensão das intenções dos autores.

Esses originais microfilmados encontram-se nos arquivos do DPH, sob a guarda da Seção Técnica de Crítica e Tombamento, responsável pelos levantamentos aqui descritos.

O que foi o Convênio Escolar

Organizado em 1949, por iniciativa da Prefeitura Municipal de São Paulo, quando o ensino básico ainda era de competência exclusiva do Estado, e inicialmente como um programa para suprir a deficiência de escolas públicas desse ensino básico no Município de São Paulo, (a partir de um levantamento do número de alunos sem escola na cidade e atendendo ao objetivo inicial de equipar a cidade para as comemorações do IV Centenário de sua fundação), o Convênio Escolar evoluiu para objetivos mais complexos ao passar a conceber a educação como "um processo de reconstrução e reorganização de experiência", nas palavras de Anísio Teixeira, o grande educador baiano que influenciou de forma decisiva a produção do arquiteto Hélio de Queirós Duarte, coordenador da Comissão de Planejamento do Convênio Escolar.

Hélio Duarte formou-se em arquitetura no Rio de Janeiro e estava ligado às concepções do Ecletismo até conhecer Le Corbusier, quando este esteve no Rio de Janeiro, em 1936, à época do projeto do MEC e ministrou uma série de conferências na cidade. O arquiteto ficou profundamente impressionado pelo pensamento de Le Corbusier e passou a interessar-se pela arquitetura moderna. Também interessado nas questões educacionais, passou a estudar o assunto, o que o levou a ser convidado por Anísio Teixeira para participar da experiência educacional pioneira que este implantou, parcialmente, na Bahia, com a construção da Escola-Parque (hoje Centro Educacional Carneiro Ribeiro, no bairro da Mangabeira, em Salvador).

Hélio Duarte influenciou diretamente nos caminhos do Convênio, não só por adotar a arquitetura moderna nos edifícios projetados, mas por pesquisar junto a educadores e pedagogos locais, procurando conhecer qual a escola que se desejava e qual o tipo de

Os inventários sistemáticos do DPH e o convênio escolar: a arquitetura moderna a serviço do ensino público

educação pretendido.

Desta pesquisa e dos estudos do arquiteto resultou um programa mais ambicioso do que a proposta inicial do Convênio, evoluindo para a proposta de uma rede de equipamentos voltados para a educação, lazer, cultura e saúde, para crianças entre 5 e 17 anos. Esse conjunto de equipamentos serviria também para a difusão da informação junto aos moradores do bairro onde estivessem instalados; uma "fonte de energia educacional", segundo Hélio Duarte, pela oferta de espaços para reuniões de pais de alunos, de cursos para adultos e de espaços culturais (os auditórios como local para manifestações culturais do bairro).

A escola primária (1^a a 4^a série) é, nesta rede, o ponto nodal. Foram previstos, projetados e construídos além das escolas primárias, recantos infantis, parques infantis (que é um conjunto de equipamentos para crianças menores), ginásios (5^a a 8^a série), escolas rurais, escolas ao ar livre, escolas para deficientes, bibliotecas infantis, escolas profissionalizantes (que não eram construídas pela Prefeitura, mas recebiam projeto arquitetônico e auxílio financeiro para a sua construção).

Era prevista, também, a construção de postos de saúde (em nossas pesquisas não encontramos documentação sobre os mesmos. Ao que parece, chegaram a ser construídos, mas foram, posteriormente, desativados).

Por outro lado, outros tipos de edifícios não previstos acabaram sendo incorporados ao programa, nem sempre com a anuência de Hélio Duarte, como bibliotecas para adultos, teatros distritais, planetário e centros educacionais (que previam a construção de piscinas públicas).

O conceito do edifício da escola primária

O edifício da escola primária constituía-se no ponto nodal da rede de equipamentos previstos e apresentava as seguintes características básicas, segundo Hélio Duarte:

- Escolas nunca muito grandes: maior número de unidades, de tamanhos médios ou pequenos, visando a maior proximidade dos locais de moradia dos alunos;
- Ocupar o mínimo do terreno: deixar o maior percentual de áreas livres, daí a existência de pavimentos superiores, sempre que o terreno não tiver grandes dimensões;
- Implantação voltada para o espaço público, integrando o edifício à cidade;
- Integração do espaço edificado da escola às áreas livres circundantes do terreno;
- Ocupar o terreno aproveitando os desníveis (se sobrepor ao terreno e não se apor ao terreno);
- Edifício voltado para a criança, dimensionado para a criança. O módulo é a criança, "não só no domínio da medida escalar, mas dentro da órbita da psicologia infantil"

(H.D.);

- Eliminação dos corredores e adoção de salas quadradas ou de dimensões próximas;
- Construção econômica: diminuir o custo da construção pelo uso de técnicas e materiais econômicos e detalhes simples; utilização de elementos construtivos feitos em série;
- Conforto térmico e ambiental (iluminação bilateral, orientação com relação ao sol, ventilação cruzada).

Programa dos edifícios

Hélio Duarte era um fiel seguidor do princípio de Le Corbusier de que a “arquitetura é ordem”.

Em depoimento ao Departamento do Patrimônio Histórico, em 1985, pouco antes de sua morte, o arquiteto afirmou: "...o programa na arquitetura é 50% do projeto, ou mais; um programa bem organizado já tem no seu bojo a solução para a arquitetura, eu me interessava muito mais pelo conteúdo social de um programa do que a arquitetura desse programa. Eu acho o conteúdo social muito mais importante do que o seu teto sobre esse programa social".

Para Hélio Duarte, o edifício deveria ter as funções claramente separadas e deveria ser pensado em zonas.

No caso das escolas, a organização adotada foi:

- 1) - Zona de administração e assistência à saúde: salas de professores, administrativas médico, dentista e assistência social;
- 2) - Zona de ensino: salas de aula com sanitários acoplados ou não, museu e biblioteca, salas para atividades especiais (como desenho e trabalhos manuais). Sobre o museu, o arquiteto defendia a ideia de um museu tátil, interativo, um espaço de intervenção onde as crianças seriam as responsáveis pela realização de desenhos murais renováveis de tempo em tempo. Esse equipamento deveria sempre estar na entrada ou em lugar de passagem dos alunos;
- 3) - Zona de recreação: área coberta, ligada aos espaços externos, com palco, arena e equipada com vestiários (camarins), incluindo, também, a área de alimentação e os serviços correlatos, como cozinha e sala de nutricionista que estariam a ela ligados.

Os planos do Convênio tinham como meta, para um período de 5 anos, a construção de 100 escolas primárias, 10 ginásios, um número não determinado de parques infantis, recantos infantis, dispensários, além de bibliotecas infantis, escolas profissionais e outros edifícios que deveriam completar a rede idealizada.

Por causa de problemas surgidos como desvio de verbas para outras obras, e das funções do Convênio (projetos de edifícios não previstos), o número de edifícios

Os inventários sistemáticos do DPH e o convênio escolar: a arquitetura moderna a serviço do ensino público

construídos, nesse período, não vai atingir as metas previstas pela Coordenação de Planejamento do Convênio, na maioria dos casos.

Foram projetados e construídos ou reformados cerca de 75 edifícios para grupos escolares para a previsão inicial de 100 (esses números levam em consideração as reformas de edificações preexistentes e que foram adaptadas às novas diretrizes de organização do espaço das escolas). Pelo menos dois (2) dos projetos para novas edificações levantados nos arquivos de Edif não foram construídos.

Foram também projetadas e construídas 17 bibliotecas infantis, 2 escolas profissionalizantes, 19 EMEIs, 14 ginásios (considerando as reformas), 3 teatros, 2 centros educacionais, 2 parques infantis, 2 escolas ao ar livre, 1 escola para deficientes, 1 escola rural, 1 planetário e 96 recantos infantis.

Estes números, no entanto, não podem ser considerados conclusivos, faltando checagens e vistorias para a complementação das informações.

Quando interrompido, o trabalho encontrava-se ainda em uma fase intermediária, tendo sido verificados apenas os edifícios compreendidos nas áreas sul e central da cidade.

Conclusão

O Convênio Escolar, apesar dos desvios que sofreu em sua trajetória, constitui-se na primeira grande realização em escala, da arquitetura moderna, na produção de edifícios públicos no Brasil.

Hélio Duarte moldou o Convênio no período de 1949 a 1952, quando saiu, desgostoso com os rumos tomados pelo programa, como a imposição por parte das autoridades levadas por motivações eleitoreiras de tipos de edifícios não previstos no programa inicial, como os recantos infantis ou a utilização de alguns tipos de projetos-padrão o que, para ele, constituía-se num desvio irreparável dos objetivos a serem alcançados. O redirecionamento de parte das verbas destinadas ao Convênio para a execução das obras previstas para a comemoração do IV Centenário (como o Planetário) influenciaram na sua decisão de retirar-se.

Também deve ter influído nessa decisão a perda de controle na execução dos edifícios projetados, construídos por outra coordenação que não mantinha contatos com a Coordenação de Planejamento. A ação dessa outra equipe não se restringia a fazer a execução da obra projetada, segundo o testemunho dos arquitetos entrevistados; eram feitas alterações viscerais, como a substituição, por exemplo, de portas-janelas que se abriam das classes para os espaços externos e que permitiriam formas de uso mistas dos espaços internos e externos, adequadas às pedagogias mais avançadas do período e de acordo com as intenções dos autores dos projetos, por janelas basculantes de linha,

mais baratas, mas que mutilavam as intenções contidas nos projetos originais.

A saída de Hélio Duarte, no entanto, não desmobilizou grande parte da equipe de arquitetos por ele formada que continuou trabalhando na Prefeitura, mesmo após a extinção definitiva do Convênio em 1956 (com a criação do ensino básico público sob responsabilidade do Município). Esses arquitetos receberam então a incumbência de projetar outros tipos de edifícios, além dos que estavam vinculados ao programa do Convênio. O grupo levou adiante os princípios e conceitos de arquitetura abraçados por Hélio Duarte até, pelo menos, o início dos anos 1970 e projetou uma grande quantidade de edifícios modernos para a Prefeitura.

O que é certo é que, através da atuação desses arquitetos, "a arquitetura moderna fixou-se como a arquitetura pública da cidade de São Paulo", marcando de forma inquestionável a sua paisagem.

Trabalharam com Hélio Duarte, durante o seu período no Convênio e que foi, sem sombra de dúvida, o período mais fértil, os arquitetos: Eduardo Corona, Oswaldo Correa Gonçalves, Roberto Tibau, Robert Mange, que são, juntamente com Hélio Duarte os autores dos primeiros projetos construídos. Ainda com Hélio Duarte no Convênio começaram a participar dos projetos os arquitetos Juvenal Waedge Jr., Rubens Cardieri, Paulo J. R. Rosa. Após a saída do coordenador, os arquitetos que ingressaram no Convênio foram Aloísio da Rocha Leão, A.C. Pitombo, J. A. B. Arruda. Alguns arquitetos aparecem como autores de um único projeto o que possivelmente significa uma encomenda e não um vínculo com o Convênio.

Referências

Bruand, Yves. (1981). *Arquitetura Contemporânea no Brasil*. São Paulo: Editora Perspectiva.

Dewey, John. (1967). *Vida e Educação*. São Paulo: Ed. Melhoramentos.

Duarte, Hélio de Queiróz. (2009). *Escolas Classe, Escola Parque*. São Paulo: FAUUSP.

Mascaro, Carlos Corrêa. (1960). *O Município de São Paulo e o Ensino Primário* – Livro. São Paulo: Trabalho de Livre Docência FFCLUSP.

Teixeira, Anísio. (1994). *Educação não é privilégio*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.

DPH. (Sem ano). *Arquivos da Seção Técnica de Crítica e Tombamento (STCT) da Divisão de Preservação do DPH*. São Paulo: DPH.

DPH. (1986). *Cadernos do IGEPACSP I: Aspectos Metodológicos*. São Paulo: PMSP/DPH;1986.

DPH. (1986) *Entrevista sobre teatros paulistanos, com o Arq. Hélio Duarte, para Divisão de Iconografia e Museus/DPH, pelo arq. Euler Sandeville.*